
Pauta: Tramitação do Plano Diretor de Porto Alegre na Câmara de Vereadores

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): (10h25min) Estão abertos os trabalhos da Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Bom dia a todos e todas. Vamos dar início a nossa reunião que tem hoje o objetivo de discutir a tramitação na Câmara de Vereadores da proposta do Plano Diretor que é um dos grandes desafios que o nosso Município vai ter que encarar neste ano de 2023, a priori no 2º semestre. Desde então, nós queremos utilizar de todas as comissões da Casa para aproximar este debate da população, dos vereadores. De dez em dez anos, nós discutimos os rumos da cidade de Porto Alegre como se desenvolve, para quem se desenvolve. Muitos vereadores são a primeira Legislatura, então é muito importante a gente conseguir utilizar da prata da Casa e, nesse sentido, convido o Sr. Luiz Afonso, nosso Diretor Legislativo, para, minimamente, nos trazer como se deu a tramitação dos últimos dos planos diretores. O Luiz Afonso é servidor da Casa, além de ser o nosso Diretor Legislativo, existem estudos dos últimos planos diretores que foram implementados na cidade de Porto Alegre, acompanhou, viveu, tem experiência acumulada da tramitação dos últimos que passaram por esta Casa. Então, nada melhor do que te ter junto conosco, Luiz, para compartilhar de toda esta experiência, quero agradecer, de coração, por ter aceitado este convite. Quero agradecer também os vereadores que não fazem parte desta Comissão, mas que estão presentes aqui conosco, o Ver. Tiago Albrecht, da CCJ; o Ver. Giovani Culau e Coletivo, da CECE; a Ver.^a Fernanda Barth, vice-presidente desta Comissão; o Ver. Pablo Melo e o Ver. Jessé Sangalli, membros desta Comissão. De imediato, vamos começar esta conversa. A ideia inicial, pessoal, o Luiz Afonso nos trazer uma explanação em relação a como vai funcionar a tramitação do Plano Diretor a partir do Regimento e depois abriremos para os nossos convidados, para os nossos vereadores trazerem questões, apontamentos, colocações. Registro a presença do Ver. Moisés Maluco do Bem. Convido para compor a Mesa, acho importante, desde já, estarem conosco as entidades que foram convidadas de observadoras deste debate: a Sra. Jéssica Neves Marçaneiro, da IAB/RS; Sra. Vanessa Marx, do Observatório das Metrôpoles, e

representando a BR Cidades; Sr. Ricardo Sommer, arquiteto da UFPel; a Sra. Michele Rihan Rodrigues, do Movimento Preserva Arados, sempre junto conosco nesta Comissão. Passo a palavra para o Luiz Afonso.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Bom dia Ver.^a Karen Santos, presidente da Comissão; Ver.^a Fernanda Barth, Ver. Pablo Melo, Ver. Moisés Maluco do Bem, Ver. Tiago Albrecht, Ver. Giovani Culau e Coletivo e Ver. Jessé Sangalli. A Câmara constitui, regimentalmente, uma comissão especial para tratar dos projetos que cuidam da revisão do Plano Diretor. Como nós sabemos, segundo o Estatuto das Cidades, tem que haver uma revisão a cada 10 anos, então a Câmara resolveu instituir no Regimento, permanentemente, uma comissão especial para tratar do Plano Diretor. Essa comissão é composta por 13 membros que são escolhidos através do cálculo da representação proporcional das bancadas. Como é que esse cálculo é feito? Pega-se o número de integrantes de cada bancada, divide-se pelo número de vereadores integrantes da Câmara e se multiplica pelo número de vagas da comissão. As bancadas que têm, nessa divisão, o resultado igual ou maior que 1,0 têm vaga garantida. As bancadas que têm resultado menor que 1,0 integram a comissão através de um sistema de rodízio orientado, primeiro, pelas frações e, segundo, pela ordem alfabética das bancadas. Por que isso? Porque há mais partidos do que vagas na comissão e, por isso, tem esta questão dos rodízios. Os partidos também podem formar blocos partidários que são a união de um ou mais partidos; a soma das bancadas passa a constituir o bloco partidário e, para fins desse cálculo, o bloco partidário figura como se fosse um partido. Hoje nós temos dois blocos partidários; haviam três blocos, um bloco foi desfeito ontem. A comissão tem um presidente e um vice-presidente e, na formulação atual do Regimento, tem cinco relatorias temáticas de acordo com as áreas tratadas pelo Plano. Temos uma informação de que haveria uma proposta de sugestão para que se passasse para sete relatorias temáticas ao invés de cinco, mas essa questão não está formalmente posta, é um debate que está havendo. Bom, feito isso, o projeto é protocolado, ele recebe inicialmente um parecer prévio da Procuradoria da Casa... (Problemas na conexão.) ... e ele vai para a Comissão

Especial. Esse projeto tem uma natureza, pela concepção que foi dada, ele não tramita pelas demais comissões. Ele recebe o parecer... (Problemas na conexão.) ...e o relator geral fecha esses pareceres todos. Temos também uma previsão regimental da constituição de um fórum de entidades para acompanhar os trabalhos do Plano, está lá no art. 240. Então, fundamentalmente, em linhas muito rápidas, é assim que funciona.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada. Eu acho que agora os convidados, os vereadores presentes, abrimos para intervenções, mas também para a gente tirar algumas dúvidas em relação a essa breve apresentação. Acho que tem bastante questões que precisamos nos apropriar minimamente sobre as temáticas, como se dá essa dinâmica, quais são os prazos... Acho que agora é o momento de a gente se inscrever, organizar as nossas dúvidas e depois abrimos mais uma rodada para ti, Luiz Afonso, contribuíres, obviamente que tem outros vereadores que também podem estar contribuindo nesse sentido, mas tu podes trazer algumas considerações finais. Podemos organizar assim? Queria passar para os convidados então, AO Instituto dos Arquitetos do Brasil.

SRA. JÉSSICA NEVES MARÇANEIRO: Bom dia a todos e todas, meu nome é Jessica, sou representante do IAB. Agradeço desde já o convite em nome da entidade. Para nós é muito importante essa participação, nós estamos à disposição para participar e construir esse debate junto ao Fórum de Entidades. Temos dúvidas, gostaríamos de mais detalhes em relação a essas relatorias temáticas para compreendermos melhor como será esse funcionamento. Obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Observatório das Metrôpoles.

SRA. VANESSA MARX: Bom dia a todos e a todas, gostaria de agradecer à Ver.^a Karen Santos pelo convite, quero cumprimentar os vereadores também. Nós, do Observatório das Metrôpoles, somos uma rede nacional de pesquisa, um INCT do CNPq. Então a gente tem a coordenação nacional no Rio de Janeiro

e também tem a rede BR Cidades que é uma rede bem importante que trabalha com temas urbanos. Eu gostaria de salientar que nós, no Observatório das Metrópoles, estamos muito comprometidos com essa questão da revisão do Plano Diretor. A gente acredita que, para Porto Alegre, é extremamente importante que haja uma maior participação popular, principalmente com essa discussão do Plano, que a gente possa fazer com que a população entenda que isso é muito importante para pensar a cidade. Eu acho que esse diálogo com a população está previsto no Estatuto das Cidades, então é bem importante que Câmara de Vereadores participe ativamente desse processo e nós estamos dispostos a colaborar com isso, com esses debates aqui na Câmara, desde a UFRGS, de onde eu venho, mas desde todos os pesquisadores do Observatório das Metrópoles. Também quero dizer que gostaria de saber mais sobre o Fórum de Entidades, como isso funcionaria. Essa é a minha questão.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Michele, por favor.

SRA. MICHELE RIHAN RODRIGUES: Bom dia a todos e a todas, estou aqui como cidadã, como delegada da Região de Planejamento 8 e, na verdade, a contribuição para esse debate que venho trazer é uma notícia nada boa, que é o que a professora acabou de colocar sobre a ausência de participação social dentro do debate da revisão do Plano Diretor. Na Região de Planejamento onde eu resido, que é a Região de Planejamento 08, nós tivemos a eleição no ano de 2019, quando eu fui eleita delegada, e desde antes de 2019, quando eu estive numa reunião do CMDUA denunciando a ausência de participação dos conselheiros da minha região, foi quando o então presidente chamou novas eleições para a região. Foi feita uma nova eleição especificamente da Região de Planejamento 08. eu sou leiga na questão do planejamento, eu sou advogada, não trabalho nessa área e gostaria de frisar que é extremamente difícil para o cidadão acessar esses espaços de debate, extremamente difícil, difícilíssimo. Eu, como advogada, estou habituada com as burocracias, então, eu não sou uma cidadã comum nesse ponto, e está sendo muito difícil participar da revisão do Plano Diretor. Como vocês podem ver, em 2018, iniciou essa minha epopeia na

tentativa de participar do debate da revisão do Plano Diretor, do debate do planejamento urbano ambiental da cidade, e nisso está inserida a revisão do Plano Diretor. Até hoje, 2023, eu tenho extrema dificuldade de acompanhar qualquer debate, porque, na Região de Planejamento 8, nós não temos nenhuma reunião do fórum da região de planejamento, que deveria ser organizada pelos conselheiros, chamando os delegados eleitos e chamando a população, para que a gente possa levantar as necessidades da região, receber informações do que está sendo tratado dentro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental, e fazer essa oxigenação, essa troca de informações. Levar para o conselho o que é necessário para a região e receber informações do conselho do que está sendo tratado lá. Isso não existe. Eu sou delegada e nunca fui chamada para uma reunião sequer do fórum da região de planejamento, com uma exceção, teve uma única exceção: uma audiência pública chamada às pressas, para tratar do projeto de alteração do regime urbanístico da Fazenda do Arado. Foi a única vez que eu recebi um convite para participar de uma reunião. Fui convidada numa terça-feira para uma reunião numa sexta-feira pós-feriado. Então, vocês vejam que não existe participação social em relação ao debate do planejamento urbano e ambiental de Porto Alegre. Tive diversas situações em que eu tive a minha participação dificultada, senão impedida, nas reuniões do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental. Isso, inclusive, deve estar registrado em algumas regiões onde eu consegui obter direito de fala externa e fiz as denúncias que, infelizmente, culminaram numa alteração no regimento interno do CMDUA, para limitar a participação de falas externas. Fala externa é quando qualquer cidadão pode pedir o direito de se manifestar por cinco minutos antes da reunião do CMDUA. Como eu estava ingressando, pedindo o meu direito de fala e fazendo denúncias com relação às necessidades, mais especificamente, do bairro onde eu resido, mas, também, da região como um todo, por isso até que impactam vários bairros e várias regiões, diante da minha insistência em participar das reuniões e me manifestar, já que o conselheiro da minha região silencia e concorda com tudo que o governo coloca, eu comecei a entrar e pedir o meu direito de manifestação. O que é que aconteceu? O presidente do CMDUA, que é o secretário do Meio Ambiente,

promoveu uma alteração, no meu entendimento, ilegal, indevida, do regimento interno para limitar a participação da sociedade. Quer dizer, nós estamos no caminho inverso, já é difícil participar... Isso foi no ano passado, acho que no meio do ano passado. Infelizmente, a revisão do Plano Diretor que está acontecendo, na minha visão, é uma cena, por quê? Porque, nos últimos anos, nós já tivemos algumas alterações bem substanciais no Plano Diretor, como a alteração do regime urbanístico da Fazenda do Arado, na terceira tentativa conseguiu-se aprovar a alteração do regime urbanístico da Fazenda do Arado sem que a Prefeitura apresentasse qualquer estudo técnico para embasar a alteração. Nenhum estudo. A proposta foi apresentada em cima da intenção do empreendedor privado, a Prefeitura não apresentou nenhum estudo técnico justificando a alteração do regime urbanístico. Então, tivemos a alteração do regime urbanístico da Fazenda do Arado, tivemos a alteração do regime urbanístico do Centro Histórico, tivemos a alteração do regime urbanístico do 4º Distrito. Que eu me lembre agora, assim, pontualmente, foram três grandes mudanças que já alteraram o Plano Diretor antes da revisão e durante a revisão do Plano Diretor. O que me parece é que a atual revisão do Plano Diretor só vem consolidar aquilo que o governo já vem fazendo, as mudanças que o governo já vem promovendo sem, volto a dizer, estudos técnicos que comprovem a necessidade, o interesse público e a viabilidade.

Acho que, de forma geral, era isso que eu gostaria de falar. Eu creio que a Câmara de Vereadores deve estar muito atenta a esse cerceamento de participação popular na revisão do Plano Diretor e no planejamento urbano ambiental da cidade como um todo. A justificativa do secretário do Meio Ambiente com relação às denúncias que eu levei de que o conselheiro da RP 8 não promove as reuniões do fórum é que não cabe ao Executivo intervir, mas, ao mesmo tempo, o Executivo se omite de regulamentar como deve ser o funcionamento das regiões de planejamento, o Executivo se omite em prestar assistência técnica, porque nós não estamos falando aqui de um assunto fácil para a população, é preciso ter um suporte técnico prestado pelo próprio Executivo, um acompanhamento do planejamento urbano, e isso, desde quando eu tenho tentado participar, vejo que não existe. Gostaria que essas questões

fossem bem avaliadas pela Câmara para que a gente possa promover uma revisão do Plano Diretor tendo realmente como base as necessidades da cidade e da cidadania, sobretudo.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Michele, nos trouxeste muitas questões, acho que já colocas o problema na mesa que, em última instância, a Comissão também ajuda a gente a formular mecanismos e instrumentos para a gente amenizar essa defasagem de debate, de transparência, de construção que a sociedade civil vem denunciando, não é de agora. Agradeço muito a tua colocação.

O Prof. Ricardo Sommer, da UFPel, está com a palavra.

SR. RICARDO SOMMER: Eu represento a Universidade Federal de Pelotas – UFPel, a gente também vem se mexendo em relação ao Plano Diretor em Pelotas, mas com um cenário um pouco diferente do que em Porto Alegre. Desde o primeiro momento foi priorizada a participação da comunidade na construção dessa revisão do Plano Diretor e também a questão do envolvimento da universidade pública, tecendo um cenário um pouco diferente do que se apresenta em Porto Alegre, que também, como a colega disse, sou pego de surpresa com as audiências públicas. Eu percebo que a revisão do Plano Diretor aqui da cidade de certa forma me transparece que é uma encomenda das grandes incorporadoras, que acaba ignorando uma série de características: características de paisagem consolidada natural da cidade, ignora também a questão da característica histórica da cidade.

Eu venho, então, com essa pauta de trazer que é extremamente importante ser divulgado e ser priorizado que a comunidade possa não só participar, mas também colaborar, fazer parte da construção desse Plano Diretor que a gente vem discutindo, porque é uma janela de tempo muito grande, traz várias decisões para a cidade e acaba impactando diretamente na vida de quem ocupa não só esses espaços públicos, mas quem constrói a cidade. Seria isso, obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada. Já temos vereadores inscritos aqui, acho que podemos levantar problemas e contribuir com instrumentos, dúvidas, mecanismos, para que a gente possa, minimamente, contribuir para que seja um Plano Diretor feito de uma forma mais democrática do que foi o último. Sobre o último, Luiz, acho que seria importante trazer depois para nós a experiência do Fórum das Entidades. O último Plano Diretor teve um momento político interessante na cidade de Porto Alegre, de levantes, de ocupações que ajudaram a pautar e a construir o Plano Diretor naquele momento.

A Ver.^a Fernanda Barth, vice-presidenta da Comissão, está com a palavra.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Bom dia para todos que estão aqui conosco hoje tratando desse tema tão importante; eu queria colocar aqui uma questão. Eu não sei como isso está sendo divulgado, aliás, eu já tinha feito essa observação para a Prefeitura, de que está faltando divulgação, a comunicação da Prefeitura tem que se esforçar um pouco melhor, e a minha única reclamação é essa, porque a Conferência de Avaliação do Plano Diretor de Porto Alegre já está marcada há mais de um mês para os dias 7, 8 e 9 de março, com inscrições abertas e livres para todo mundo, vai ser no Salão de Atos da PUC, será o dia inteiro, das 8h30min às 18h, e ela tem sete eixos temáticos: Desenvolvimento Social e Cultural, Ambiente Natural, Patrimônio Cultural, Mobilidade e Transporte, Desempenho, Estrutura e Infraestrutura Urbana, Desenvolvimento Econômico e Gestão da Cidade. Eu já estou inscrita há bastante tempo, tem um *link* aqui, depois eu disponibilizo no grupo; e eu imagino que desse debate vai sair a continuidade do debate durante o ano inteiro, porque foi isso que o prefeito colocou para nós, que o debate do Plano Diretor vai ser desenvolvido e aprofundado durante o ano inteiro, e o debate vai culminar no novo Plano Diretor apenas em 2024. Entendo que isso é um chamamento para participação da sociedade, qualquer um pode se inscrever. Eu acho importante – assim como eu coloquei para outras entidades das quais eu tenho importante ligação – que se organizem e participem, levem as demandas, haverá todas essas questões dos eixos temáticos e a possibilidade de se debater ponto a ponto, vai ficar tudo

registrado lá, eu tenho certeza de que isso aqui não é um debate de faz de conta, é uma conferência, ela vai trazer apontamentos e ela vai trazer modificações quando necessário. Era isso que eu queria colocar como participação aqui, vou colocar os dois *cards* e o *link* de inscrição no grupo da CUTHAB, mas imagino que os vereadores já saibam dessa Conferência. Obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): É importante que os vereadores sejam liberados da sessão da quarta-feira, minimamente, para a gente conseguir participar desse debate. A gente sabe que o horário também é um horário que boa parte dos trabalhadores estão trabalhando. Então, a gente vai precisar pensar em outros mecanismos para socializar essa avaliação, esse balanço do Plano Diretor. O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Bom dia. Na verdade, a minha fala ia ser no mesmo sentido da fala da Ver.^a Fernanda. Vai ter essas conferências 7,8 e 9, então, é importante que se façam presentes. É um pouco ofensivo, na verdade, algumas pessoas vieram, em senso comum, falar que os vereadores estão vendidos defendendo os interesses das incorporadoras, sendo que os vereadores não foram eleitos pelas incorporadoras, foram eleitos pelo voto popular, assim como os outros vereadores. Então, tentar fazer parecer um clichê, ou, de repente, para tentar colocar no Facebook, não sei, que os vereadores estão aqui se vendendo, ou defendendo interesse corporativo, é desrespeitar a representatividade desses vereadores que estão aqui representando os votos que ganharam, e ninguém se elege somente dos votos do Moinhos ou do não sei o que, a sociedade é toda a cidade, e eu sou um vereador de comunidade, faço trabalho social, acho que não cabe reduzir a essa discussão, dizendo que existem interesses corporativos sendo definidos pela Câmara. A composição do Plano Diretor – todos os vereadores que compõem o Plano Diretor – é feita na proporcionalidade das representações partidárias de bancadas. Na verdade, essa é uma pergunta que gostaria de fazer ao diretor Luiz Afonso: como funciona exatamente a função do rodízio para a composição? Qual é a questão da proporcionalidade dessa comissão? Uma vez comendo a

comissão, no rodízio, o vereador que compõe a comissão fica até o fim, ou no final do ano, com a nova composição da Câmara, com o novo Presidente, com presidentes novos nas comissões, isso é alterado? Essa são as perguntas que queira fazer, porque é importante, para os vereadores que querem compor a comissão, poder se organizar de maneira mais adequada. Obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): O Ver. Tiago se inscreveu, se alguém também está acompanhando a nossa reunião de comissão também quiser trazer alguma questão, as inscrições estão abertas, podem se manifestar.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sra. Presidente, obrigada por nos acolher aqui, eu sou da CCJ. Eu estou iniciando o meu mandato, com muita alegria sucedendo o Ver. Felipe Camozzato, enfim, ele teve bastante protagonismo nesta Casa. Eu quero respaldar o que disse o Ver. Jessé, que, numa democracia representativa, as pessoas, a população demonstra a sua vontade nas urnas. Temos aqui a Karen, que foi a mais votada, numa democracia representativa é assim que o povo faz valer a sua vontade de quatro em quatro anos. Evidentemente, para mitigar esse problema, nós teremos que ter voto distrital puro, por exemplo, temos um distrito lá da região 8, Zona Sul da cidade, temos um distrito na Zona Norte, Eixo Baltazar, e assim sucessivamente. Creio que somente o voto distrital puro poderia resolver esse problema mais diretamente. Evidentemente, é importante, na minha análise, nós ouvirmos a visão da sociedade. Eu até tenho aqui, Dra. Michele, uma divulgação, eu não sei se a senhora chegou a ver esse *card* de divulgação, que diz: “Participe das exposições do Plano Diretor nas regiões do planejamento, região 8, 25 de setembro, domingo, Escola Prof. Larry José Ribeiro Alves, na Av. Economista Nilo Wulff, 1000 – Restinga, das 10h às 15. Você pode também participar da consulta pública *on-line*”. A gente precisa ver, junto ao governo, enfim, à própria Câmara, se está funcionando, a divulgação está boa, se esse é o foro adequado ou não, porque eu acho que a gente não precisa inviabilizar a participação popular. Agora, a sociedade, na minha análise, precisa entender que tem 36 funcionários públicos aqui, com seis, sete ou mais CCs aqui dentro para servir a

sociedade, dentro da democracia representativa que é o nosso País. Evidentemente, esses conselhos, essas reuniões, esses chamamentos precisam ser melhorados, precisam ser um foro em que as pessoas vão trazer a sua opinião, mas a pluralidade da política se dá na Casa de fazer leis. Repito: há 36 funcionários públicos, legitimamente eleitos, temos a nossa presidente da comissão como a mais votada da cidade para fazer esse debate. Então, da minha parte, do meu mandato, Presidente Karen, integrantes desta comissão e também a sociedade aqui parcialmente representada, ali também na assistência, acredito que a gente tem que trazer, ainda que tenhamos esses debates locais, e é importante, a doutora falou, sobre comparecimentos, a dificuldade de acesso, talvez o poder público tenha que melhorar essa divulgação, mas venham para dentro da Câmara, venham a esta comissão, venham às sessões plenárias, vamos ter essa comissão temporária, uma comissão especial, temporária por causa do Plano Diretor, é ali é que vai ser debatido. Porque, assim, dizer que é interesse de especulador, dizer que é incorporadora, dizer isso e aquilo faz parte do debate político, e o debate político acontece na Câmara; temos que trazer as visões capilares da cidade de Porto Alegre. Efetivamente, repito, para finalizar, numa democracia representativa, é a Câmara de Vereadores que faz o debate público. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Eu queria propor que as inscrições nessa primeira rodada se encerrassem na fala do Paulo; então quem quiser trazer questões, que as traga, agora a gente passa para o Luiz e depois a gente abre para mais uma rodada de colocações podemos organizar assim? O Sr. Paulo, representando o Fórum do 4º Distrito está com a palavra.

SR. PAULO GILBERTO DE MORAES GUARNIERI: Primeiramente, quero saudar os vereadores, todos os presentes. Quero lembrar, gente, que a Constituição vigente, a atual Constituição, afirma que todo poder emana do povo e por ele será exercido pela forma representativa ou direta. Isso está na Constituição, não sou eu que estou dizendo. Então a participação popular é um direito constitucional. Quero também lembrar que o Plano Diretor é uma grande

Câmara, o Regimento da Câmara exige que para quaisquer modificações do Plano Diretor seja convocado o Fórum de Entidades. E aqui se assistiu, em Porto Alegre, o fatiamento do Plano Diretor, o Plano Diretor do Arado foi modificado, o Plano Diretor do Centro foi modificado, o Plano Diretor do 4º Distrito foi modificado e o Fórum de Entidades não foi consultado. Então houve uma manobra para, vamos dizer, não permitir que o povo ocupasse os espaços legais que conquistou.

Bom, eu quero dizer o seguinte, gente, vereador que mobilizou esta reunião, o que eu acho que é o mais dramático nessa discussão é que a Constituição Federal, pela primeira vez, regulamentou o desenvolvimento urbano e instituiu a função social da cidade. Nós temos uma lei federal que se chama [Estatuto da Cidade](#), que criou uma série de instrumentos para a efetivação da função social da cidade. Eu vou lembrar aqui só dois, nós poderíamos conversar uma hora sobre isso, vereadores, mas vou lembrar só dois: o solo criado, no Estatuto da Cidade ele aparece como uma outorga onerosa do direito de construir, que gera recursos, segundo o Estatuto da Cidade – para habitação de interesse social e para a recuperação do meio ambiente – segundo o Estatuto da Cidade, é claro. Porque aqui, há algum tempo, a nossa legislação foi modificada e esse recurso que era para servir para habitação de interesse social e para recuperação e preservação do meio ambiente foi destinado para investimentos e embelezamento da cidade. Essa é a verdade. Investimentos para embelezamento da cidade, não atendendo aos interesses social e ambiental, como preconizam o Estatuto da Cidade e a própria Constituição Federal. No 4º Distrito, para exemplificar, a lei isenta o pagamento do solo criado. Quer dizer, o valor do solo criado, historicamente criado para gerar recursos para habitação de interesse social e recuperação ambiental e preservação ambiental, no 4º Distrito, por essa lei, vai sair “de grátis”. O que quer dizer isso? Não vai ter dinheiro para habitação de interesse social naquele território, não vai ter dinheiro para recuperação e preservação ambiental. E o dinheiro todo vai ser para embelezar os empreendimentos que vão ser colocados naquele território. Prepara-se muito bem o caminho, vereadora, com o bônus-moradia, mecanismo de expulsão do povo pobre. Quando se oferecem R\$ 100 mil para um morador

de um barraco, que nunca viu na vida, e ele aceita o dinheiro para morar onde? Cachoeirinha, Gravataí Eldorado do Sul ou nas praias. Então, se expulsa; e se expulsa para bem longe.

Então, um mecanismo que foi criado para integração social, um mecanismo que foi criado para a preservação do meio ambiente é utilizado – me perdoem, vereadores – apenas para o lucro dos empresários, porque a parte dos pobres foi isentada. E isso acontece, modificações profundas no Plano Diretor, que vão mudar profundamente a vida dessa cidade. Naquele território do bairro Farrapos, bairro Humaitá e bairro Navegantes nós temos mais de 2.500 famílias vivendo em habitações precárias, habitações sem urbanização, sem serviços públicos, sem saneamento, as crianças sem escola pessoas, fazendo vaquinha para dar material escolar para as crianças sem escola, as pessoas fazendo vaquinha para dar material escolar para as crianças, para elas não serem humilhadas de chegarem à escola e dizerem: “Professora, eu não tenho um caderno”. Gente, essa é a realidade. É esse povo que, mais uma vez está sendo prejudicado pela lei municipal. Perdoem-me pelo trocadilho infame, mas aqui passou a ser a casa de ver as dores. Obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada. Esse é o nosso representante do 4º Distrito. Acho importante, nós vereadores, desde já, a gente está acostumado a fazer “n” discussões aqui dentro desta Casa, muitas vezes, nas comissões sem a participação popular. E a gente sabe da dificuldade das pessoas, sobretudo da nossa classe trabalhadora de acessar esses espaços, tanto por ser um espaço central, quanto também porque as pessoas trabalham, não é, gente. Então, é muito fácil a gente dizer:” Venham participar dos nossos fóruns, nos nossos tempos, nos nossos espaços, nas nossas instâncias, nos nossos ritos e nos nossos dialetos, no nosso juridiquês”. Ter essa sensibilidade com relação a essa angústia que o nosso povo de Porto Alegre vem nos trazendo, acho que é pressuposto para a gente não julgar de antemão, a partir de um lugar que a gente está ocupando como se fosse um espaço super democrático, as pessoas vêm, participam, se inscrevem, endentem, em síntese, a gente sabe muito bem que o nosso cotidiano de plenário não é assim que

funciona. Então, ser muito honestos com vocês nesse sentido de acolher todas essas dúvidas, os questionamentos, as angústias e que, minimamente, a gente use os instrumentos do nosso regimento para tentar sanar, porque que nossa democracia representativa, Ver. Jessé, reivindica, tem vários atravessamentos: econômicos, políticos, também vamos ser honestos com nós mesmos. Também reivindicar a democracia representativa para sanar todas essas questões de sub-representação do nosso povo, acho que também, aqui entre nós, a gente não precisa ver esse tipo de retórica. Então, eu acho que é muito importante a gente conseguir minimamente ter essa relatoria nessas sínteses, nessas colocações. E se também for necessário trazer proposições da própria forma de organizar hoje as comissões, é possível a gente convocar audiências públicas, audiências públicas descentralizadas – registro a presença do Ver. Bins Ely, seja bem-vindo à nossa reunião de comissão, vai pegar bem a parte principal agora, o Luiz dialogando com as pessoas que foram trazidas pelas entidades, pelos representantes da sociedade civil. Convocações dessas reuniões de comissão, Luiz, é possível, por exemplo viável de forma descentralizada? Os presidentes têm autonomia para fazer essas convocações. Eu acho que também seria um momento de tentar buscar a população de Porto Alegre e não simplesmente reivindicar que elas participem dos nossos fóruns, nas nossas instâncias. O Ver. Tiago pediu um aparte, vou abrir também para ti que chegaste agora, caso queira fazer algum tipo de colocação, depois a gente ouve o diretor Luiz Afonso. O Ver. Tiago está com a palavra.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Presidente, Karen, apenas para dizer que não é fala retórica, é a democracia brasileira é assim. a senhora tem o seu discurso e o seu posicionamento político, eu também tenho o meu posicionamento político, e o povo de Porto Alegre é de todas as microrregiões: do Moinhos, do Bela Vista, do Lami, da Lomba do Pinheiro; nós temos povo em toda Porto Alegre. Nós não podemos nesta Casa, não aqui na comissão, eu digo na Câmara, a gente dizer quem é mais povo e quem é menos povo. Então não é apenas uma questão retórica, se há uma falha ou as pessoas não podem comparecer, por exemplo eu não vejo aqui representantes das empreiteiras, das

construtoras e de outras regiões. Então a gente precisa divulgar, nem que a gente faça à noite os encontros, ou vá até as periferias, às oito regionais e faça as reuniões. Agora, respeitosamente, o que vejo da senhora não é retórica, eu estou trazendo um processo democrático brasileiro. Obrigado, Presidente

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigado, Ver. Tiago. Ver Bins Ely quer colocar também?

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Bom-dia a todos e a todas. É uma satisfação poder estar aqui com quase toda a CUTHAB. Na realidade, Presidente Karen, fazer uma saudação ao Ver. Tiago, ao Ver. Jessé, Ver. Culau, Ver^a Fernanda, Ver. Melo, em especial à comunidade; o nosso arquiteto. Eu recebi os eu material, muito bem consubstanciado, obrigado. Tomamos um chimarrão na semana passada. Em especial ao nosso diretor, nosso 37. Casualmente eu fui à sua sala, diretor, porque eu vi que o PSD saiu do bloco, algumas movimentações estão se organizando no sentido essa participação e de uma contribuição em favor da cidade, em favor das pessoas. Todos querendo participar e dar a sua contribuição para o bem coletivo, e casualmente fui informado de que o senhor estava aqui. Então, a gente sabe que esta é uma pauta muito importante, a última revisão foi em 2010, casualmente eu era o secretário de planejamento. Foram feitas oito audiências públicas, uma por região de planejamento; uma inicial de apresentação geral e uma de consolidação final aqui na Câmara, fora as rodas no Executivo. Então, eu acho que isso é uma metodologia que provavelmente... o regramento da comissão é regimental, diretor, ele vai trazer os elementos todos para o debate. O importante é que gente possa contar com a opinião da comunidade, das pessoas que vivem, as pessoas moram nas suas casas, elas vivem a cidade. Então, o Plano Diretor é essa espinha dorsal do desenvolvimento urbano. Então, a gente vem aí um pouquinho para aprender com este debate da CUTHAB, com o nosso 37, o nosso diretor legislativo, querido amigo que tem toda essa experiência acumulada. Também, obviamente, com todas as renovações que a Câmara recebeu, em especial nos últimos dois processos eleitorais, então, existem novas

ideias a respeito do desenvolvimento urbano, da ocupação do espaço urbano. Precisamos que a cidade cresça, se desenvolva, gere emprego e renda sem comprometer a qualidade de vida das futuras gerações e dentro de um princípio de organização, respeitando esses regramentos, área intensiva, área de ocupação rarefeita, enfim. Então, a gente vem aqui mais para escutar, hoje para escutar, na CCJ já cumprimos a nossa parte, então hoje estou aqui para ouvir e para contribuir com vocês o que estiver ao nosso alcance. Pela atenção e pela oportunidade, muito obrigado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Inicialmente gostaria de saudar o Ver. Márcio Bins Ely e reparar uma pequena indelicadeza que cometi no início não saudando os demais presentes. Sintam-se todos e todas bem acolhidos aqui.

Respondendo às questões que foram concretamente trazidas, inicialmente a Sra. Jéssica... (Problemas na conexão.) ...Relatorias Temáticas. No desenho que está no Regimento hoje, as Relatorias Temáticas são as seguintes: § 7º A Comissão Especial será composta por cinco Relatorias Temáticas, assim denominadas: I – Relatoria – Parte I, do Desenvolvimento Urbano: Estratégias e Modelo Espacial; II – Relatoria – Parte II, do Sistema de Planejamento e da Adequação ao Estatuto da Cidade; III – Relatoria – Partes III e IV, do Plano Regulador e das Disposições Finais e Transitórias; IV – Relatoria – dos Projetos Especiais da Cidade e do Cais do Porto; e V – Relatoria – da Proteção e da Preservação do Patrimônio Cultural e Natural do Município de Porto Alegre. Então, essas são as relatorias, como eu disse, há um debate sobre um possível acréscimo de outras duas relatorias, mas isso ainda não está formalizado, teremos que fazer uma alteração no Regimento e acrescentar essas novas duas, e talvez até adequar essas aqui. Essas relatorias foram feitas de acordo com o projeto anterior, talvez tenha que se fazer uma adequação, dependendo de como venha o projeto. Cada uma dessas relatorias, produz um relatório, então esses relatórios, depois, são agregados num relatório final que é votado pela Comissão. Esses relatórios são inicialmente deliberados no âmbito das relatorias, e depois são agregados no relatório final, que é votado pela Comissão.

Todas as decisões finais sobre o projeto são tomadas pelos atuais, como está na configuração atual, três membros da Comissão. Depois relativamente à questão colocada pela Sra. Vanessa, do observatório (Ininteligível.), creio que talvez eu contemple a fala da Sra. Michele também aqui do Sr. Ricardo, um pouco também lá do Paulo. É o seguinte, a Câmara instituiu um Fórum de Entidades que justamente tinha como objetivo, e posso afirmar pela experiência que funcionou muito bem na ocasião, proporcionar um espaço para o debate da comunidade. Como funcionou esse Fórum: a Câmara publicou um edital facultando que entidades se cadastrassem no fórum. Então, as entidades se cadastraram, nós tivemos, na outra ocasião, 99 entidades, as mais variadas, desde entidades comunitárias até entidades empresariais, universidades, enfim, todas as entidades que tinham alguma representação na cidade e estavam interessadas em participar. Essas reuniões eram feitas à noite, exatamente para propiciar que as pessoas que trabalham durante o dia pudessem, à noite, se deslocar até a Câmara, enfim, e manifestar e debater. Havia um regramento interno que havia possibilidade de falas e apresentação de propostas. Se bem me lembro teve uma apresentação das partes de um projeto, porque era um projeto muito técnico, então, teve apresentação das partes, veio o pessoal do Executivo, que foi apresentando cada uma das partes no Fórum para que as pessoas, que não fossem obviamente especializadas na matéria, pudessem entender o que estava acontecendo e formular propostas. No final, o Fórum produziu algumas emendas, embora não pudessem ser formalizadas diretamente, porque a iniciativa do processo legislativo é limitada. Mas aconteceu o seguinte, houve uma combinação, os vereadores que integravam o Fórum subscreveram as emendas da comunidade. E algumas emendas inclusive, agora não me lembro do número, mas várias emendas foram inclusive aprovadas no final. Então, o Fórum realmente é um espaço importante, previsto no art. 240 do Regimento. Então, no momento oportuno, será publicado o edital para que as entidades se cadastrem e as convocações sejam feitas por *e-mail*, isso aí a gente vai ver porque, 10 anos atrás, não havia essas novidades que temos hoje na comunicação vegetal. Fundamentalmente foi essa a forma de como funcionou o fórum. Foi um trabalho bastante interessante. Todos que

participaram tiveram boa possibilidade de falar, inclusive, como relatei, algumas propostas acabaram se transformando em emendas, inclusive várias acabaram aprovadas. Foi uma experiência inovadora, isso é um detalhe importante ressaltar.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Foram mais de 500 emendas.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Sim, no total, foram mais de 500 emendas, agora, as do fórum, eu não lembro quantas foram. Enfim, no total foram mais de 500 emendas, porque, em uma matéria dessa natureza, tem muito debate.

Mas essa questão foi importante, porque uma questão que se coloca, nós fazemos audiências públicas em que há o debate, mas se reclama que há um déficit, na medida em que o resultado da audiência interfere pouco, às vezes, na tramitação do projeto. Nesse caso do fórum, não. Nesse caso do fórum, houve de fato a possibilidade de se formalizar proposições que foram votadas e, reitero, algumas aprovadas. Foi uma experiência bastante inovadora.

Relativamente à questão do Paulo Gilberto, lutador social antigo e um particular amigo, na verdade é assim, Paulo, já houve o debate judicial sobre essa questão e o Judiciário entende que é necessária a realização de audiência pública sobre a matéria. Então, a Câmara tem realizado, quando há alterações pontuais no Regimento. Em projetos que tratam pontualmente do Regimento, se faz audiência pública. Mas, de fato, quando há uma revisão... O conceito de revisão aqui é no sentido geral. Tem os projetos pontuais que o Executivo pode apresentar, vereadores também podem apresentar, então, para esses projetos pontuais, fazemos audiência pública, mas o fórum é chamado quando tem uma revisão geral de dez em dez anos.

Sobre a questão levantada pelo Ver. Jessé, a comissão funciona assim. Tem um dado novo aqui, vereador, que esqueci de falar. Essa comissão especial é enquadrada regimentalmente na tipologia das comissões temporárias. E as comissões temporárias têm um prazo de funcionamento. Elas funcionam por 60 dias, prorrogáveis por mais 30 dias e, depois, se refaz a comissão. O senhor

coloca uma questão que é importante, na formulação que está no Regimento, na hora do refazimento da comissão, giraria o rodízio. Como eu falei para vocês, só para lembrar, naquele cálculo da divisão por número de integrantes de cada bloco ou bancada pelo número de integrantes da Câmara, multiplicados pelo número de membros na comissão, os partidos que têm o resultado igual ou acima de 1, eles têm vaga garantida. E os partidos que têm a fração menor de 1, eles são organizados na fila, de acordo, no primeiro momento, com o resultado das frações; em segundo momento, pela ordem alfabética das siglas partidárias. E, realmente, na formulação atual, como está atualmente neste momento, como sempre digo, às 11h20min, do dia 28, não entrariam todos os partidos na formulação atual. Então, Ver. Jessé, como funciona o rodízio: a cada nova comissão, o rodízio gira. Logo, os partidos que ficaram de fora sobem e os últimos dois que estavam dentro descem. É assim que funciona o rodízio das frações. Os inteiros estão sempre garantidos. Creio ter respondido todas as questões. Se houver mais alguma dúvida, estou à disposição. Muito obrigado.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Luiz Afonso. São 11h20min, vamos abrir mais uma rodada, saudar a presença do Ronaldo. Quem quiser se inscrever, trazer questões. Caso não haja mais colocações, encerraremos. Encaminhamentos, também, que a gente possa incorporar a relatoria dessa comissão. Debater aqui entre os vereadores acho que é importante colocar agora e, no final, vemos se tem consenso, para encaminhar algo no sentido das colocações trazidas.

O Ver. Giovane Culau está com a palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Quero começar confessando que, pela primeira vez, Ver. Bins Ely e Tiago, me senti favorecido pelo microfone por ser baixinho. No plenário, eu tenho bastante dificuldade e, aqui, foram os vereadores altos que tiveram dificuldade.

Bom dia. Quero dizer que me senti bastante acolhido de chegar hoje na reunião da CUTHAB, seja pela condução da nossa presidenta Karen, pelos colegas

vereadores, mas também pelos nossos convidados e convidadas. Pela oportunidade e a feliz alegria de chegar e reencontrar a minha professora Vanessa Marx, representando o Observatório das Metrópoles, foi minha professora na disciplina de sociologia urbana; também minha parceira de região na cidade, lutadora desta cidade, a Michele Rihan, do Movimento Preserva Arado, Preserva Belém Novo; mas cumprimentar também o IAB; o nosso colega da UFPel, e todos os presentes. Eu me chamo Giovane, sou vereador titular recentemente desta Casa, era suplente, com a eleição da Dep.^a Bruna, Dep.^a Daiana, assumimos o mandato. Sou vereador em um mandato coletivo, acho importante registrar, primeiro mandato coletivo aqui da história da Câmara de Porto Alegre, e componho, como a Karen comentou no início, a Comissão de Educação.

Fiz questão de hoje estar aqui com vocês, com o objetivo de escuta; de empoderamento, de aprendizado, porque esse é um tema muito importante para o futuro na nossa cidade. A Karen, inclusive, abriu nossa reunião, dizendo – até anotei – que quando nós nos deparamos com o debate do Plano Diretor nós precisamos discutir como e para que esta cidade se desenvolve. Eu acho que têm questões estruturais; nesse tempo histórico em que nós vivemos precisamos olhar com muita atenção o tema do desenvolvimento de uma cidade que tem um desenvolvimento sustentável. Um dos projetos que chegou a esta Casa é exatamente a declaração de um estado de emergência climática em Porto Alegre; então nós precisamos pensar com muita centralidade essa questão. Eu me preocupo muito em pensarmos o Plano Diretor, dentro desse contexto de uma profunda crise do transporte em que nós vivemos, que não é um problema só de transporte, é um problema da ocupação do espaço da cidade, do processo de gentrificação que a gente viveu ao longo dos anos, em que nós expulsamos, das regiões centrais da cidade, o povo mais pobre, para regiões da cidade onde a gente não tem acesso aos serviços públicos, onde não temos acesso, inclusive, ao transporte público de qualidade. Então, são questões fundamentais que nós precisamos debater, mas como disse no início, a minha presença aqui, hoje, é fundamentalmente com esse espírito da escuta, porque tenho muito a aprender e quero aprender muito para poder colocar o nosso mandato coletivo

à disposição de um projeto alternativo de cidade. Eu acho que são justas as questões, os questionamentos que foram colocados aqui de método. Nós precisamos respeitar, enquanto representantes eleitos, aquilo que vem do seio da nossa sociedade. Então, existem questionamentos sobre as condições da participação popular, e nós temos que pensar em como a Câmara contribui para superar esses gargalos – eu acho que essa precisa ser a nossa postura, e também ter uma postura de muita consciência, Karen, e autocrítica. Evidente que somos, todos nós aqui, os vereadores e vereadoras presentes, agentes públicos dessa democracia, uma democracia representativa. No nosso caso, aqui, um sistema proporcional de eleição que, justamente, tem a pretensão de representar os diversos segmentos da sociedade, mas nós sabemos bem dos limites dessa democracia representativa, dos limites desse sistema proporcional, e das distorções que existem. Não é à toa que recentemente comemoramos pela primeira vez a eleição de uma bancada negra aqui na Câmara de Porto Alegre, que te teve, inclusive, como a vereadora mais votada. Então, existem limites, existem contradições, e nós precisamos, aqui, com humildade, com serenidade, nos esforçar para superar esses gargalos que existem. Eu acho que esse precisa ser o espírito que nos conduza nas discussões do Plano Diretor. Muito obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): A Sra. Vanessa Marx está com a palavra.

SRA. VANESSA MARX: Eu gostaria só de ressaltar que estamos aqui porque a Prefeitura está fazendo uma conferência – a gente sabe disso. O Observatório das Metrópoles também está participando dessa conferência porque o nosso objetivo, do Observatório das Metrópoles, é uma discussão ampla com a sociedade. A gente vê que isso está faltando. Então, participar das conferências, acho bem importante; também acho que precisa mais comunicação sobre isso, mas acho que precisa de um debate profundo nas regiões porque são diversas. Os bairros são diversos; a renda é diversa nessas regiões, e não dá para a gente olhar para essas regiões só sobre a perspectiva de classe, a gente tem que olhar a gente tem que olhar sobre a perspectiva de gênero, a gente tem que olhar

sobre a perspectiva de raça, a gente tem que olhar para a questão etária, escutar as populações. Eu acho que aqui trouxe uma questão muito importante em Porto Alegre, que é a Habitação de Interesse Social, como isso vai ser discutido no Plano Diretor? Nós temos um déficit de habitação no Brasil; como isso se compõe nos territórios e nas regiões? A questão do saneamento básico também – não dá para a gente falar em uma Porto Alegre resiliente no momento em que a gente ainda tem regiões precárias em relação ao saneamento básico, e uma outra coisa que foi muito importante, que a gente já vem vendo, é essa fragmentação da cidade em territórios que estão por fora do Plano Diretor que é a questão mais importante, o instrumento que rege a cidade; então a questão dos planos específicos: Centro Histórico, 4º Distrito que foi trazido aqui, concordo que a gente tem que olhar para esses planos, como eles conversam com o Plano Diretor, ou não conversam. Então, a gente tem que olhar sobre isso para também a gente olhar para essa população mais excluída que resiste no território, os quilombos urbanos, a questão das comunidades indígenas, as mulheres que estão à frente da cidade. Então, eu trago aqui, desde as nossas pesquisas que fazemos na UFRGS, no Observatório das Metrôpoles, a gente está pesquisando sobre isso, a gente produziu agora um livro recente sobre a discussão da cidade, com um capítulo sobre Plano Diretor, então a gente está olhando para isso. A nossa alegria é que a Câmara agora está se voltando para este tema, e está, de alguma forma, convocando para a gente poder discutir sobre isso de forma mais ampla na cidade, porque eu acho que precisa de uma participação popular mais ampla e efetiva.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Com palavra a Sra. Michele.

SRA. MICHELE RIHAN RODRIGUES: Só para fazer um exercício de raciocínio com relação a essa informação da Conferência da Revisão do Plano Diretor proposta pelo Executivo: vamos ter três dias inteiros de atividades, com inscrição gratuita. Ok! Mas se eu tiver que me deslocar de ônibus da minha casa, e vou precisar usar dois ônibus para ir, dois ônibus para voltar, vezes 3 dias, são quase R\$ 60,00 de passagem de ônibus, e vou levar provavelmente 3h30 a 4h para

chegar na PUC, e mais 3h30min a 4h para chegar em casa, se eu tiver disponibilidade de tempo, sem comer e sem tomar água. Isso é acessível para a população? Não é acessível. Eu não tenho disponibilidade de participar de três dias integrais, em dias úteis, não sendo uma pessoa carente. Isso não é acessível para a população, esse tipo de atividade não propicia participação social, e isso tem sido, em grande parte, o foco das ações do governo. A ação que o vereador referiu na região de planejamento, aquilo ocorreu no bairro Restinga. Eu tenho que pegar um ônibus para ir e um para voltar; tem gente que não tem passagem. Quem mora no Lami, não consegue ir com um ônibus só para a Restinga, tem que pegar dois ônibus para ir para Restinga. Então só a Região de Planejamento 8 é 25% do território de Porto Alegre. Como a professora colocou, são realidades absolutamente distintas de bairro para bairro. Dentro de Belém Novo nós temos uma região que tem um condomínio de alto padrão que tem uma renda idêntica à Bela Vista, mas a grande parte da população do Belém Novo vive perto da miséria. Então é necessário ir nesses locais, a Prefeitura não pode esperar que a população vá participar, tem que ir *in loco* as realidades tão distintas que, às vezes, de uma esquina para outra, muda totalmente. Essas propostas, essas conferências que têm sido realizadas pelo Executivo não são inclusivas, não propiciam uma participação diversa da sociedade.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Com a palavra a Sra. Elena.

SRA. ELENA GRAEFF: Bom dia a todos. Eu sou arquiteta e urbanista, no momento participo da Comissão Cidades da IAB, e é muito rápido: já que estamos falando de participação, eu quero lembrar que uma das formas de participação que é prevista na Lei do Plano Diretor é o Conselho do Plano Diretor. Eu acho que a gente deve se debruçar um pouquinho sobre isso, porque o que se sabe é que atualmente o conselho foi eleito já há mais tempo, ele tem um prazo em que os conselheiros têm que ser alterados, tem que fazer nova eleição com os representantes das regiões, como a doutora referiu brevemente. Em função da pandemia que a gente passou, foi alterada a regra e continuam

os mesmos conselheiros mais tempo em função de ter que enfrentar isso, mas agora já é o momento em que o Conselho tem que ser renovado também, e está se fazendo constantemente alguma alteração para continuar com o mesmo conselho que vem há muito tempo, e já é o momento em que esse conselho tem que ser renovado. É só para a gente lembrar disso, porque está previsto na própria Lei do Plano Diretor como funciona e deve funcionar o conselho do Plano Diretor.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Com a palavra a Sra. Jéssica.

SRA. JÉSSICA NEVES MARÇANEIRO: Quero, na verdade, complementar um pouco as falas das colegas e dos vereadores. O IAB se preocupa muito também com essa questão da participação popular, nos preocupa essas metodologias que vêm sendo utilizadas para a revisão, porque nós compomos também os GTs, grupos de trabalho técnicos e até o momento não sabemos qual é a metodologia de diagnóstico que está sendo utilizada pela consultoria desse ano. Eles foram designados a fazer esse diagnóstico, porém no seminário que tivemos, que é o que vai acontecer na conferência, quando questionado sobre a participação popular, eles nos disseram que esse contato com a população não caberia a eles e sim à SMAMUS, no caso. Mas até o momento não sabemos como que isso vai acontecer, qual de fato será essa metodologia.

As exposições que foram comentadas, eu não sei, será que isso realmente, pessoal, constitui participação popular? Porque são exposições, a população está ali olhando aquilo ali de forma passiva, muitas vezes não tem condições de, enfim, compreender, de fato, o que está acontecendo.

Então o IAB desenvolveu há alguns anos os planos populares que foram oficinas, debates, uma série de trabalhos realizados com as ARPs. Então foi um trabalho de anos, demora, são meses, são semanas. Não é numa exposição ou numa audiência pelo YouTube que a gente vai ter indicador de participação popular. Fica este questionamento: de que forma a gente vai, nesse ano, como a vereadora comentou, temos até 2024, como que a gente vai realmente promover essa participação.

Acho que essa é a principal questão, como que esse diagnóstico vai ser feito junto à população. Obrigada.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Obrigada, Jéssica. O Ver. Pablo Melo está com a palavra.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Bom dia a todos, é uma satisfação, Presidente Karen, estar fazendo esse debate aqui que se estenderá o ano inteiro. Eu quero, já de antemão, parabenizar pela crítica construtiva. Eu acho, Ver.^a Fernanda, exatamente a publicização dessas audiências, dessas reuniões que vão debater o Plano Diretor, Ver. Márcio Bins Ely, durante o ano, são necessárias por parte do governo. Nós, que somos vereadores da base, temos essa responsabilidade de levar ao secretário Luiz Otávio essa questão que foi levantada, Ver. Thiago, aqui na reunião. Eu fiz alguns apontamentos aqui sobre tudo aquilo que citamos e quero repor alguns fatos que foram colocados, que tem uma versão de um lado, mas também eu acho que é importante colocar. A questão, por exemplo, da mudança do regime urbanístico da Fazenda do Arado, teve relatórios e estudos instruídos em projeto de lei e foi aprovado por esta Casa. Então não foi colocado de uma maneira... Não. Teve estudo, relatórios e foi instruído junto com o projeto de lei; impacto ambiental, estudo de viabilidade urbana, inclusive teve audiências, duas, uma que passou da meia noite, e foi aprovado e consignado pelo conselheiro da região 8 que é o Dinar. Então tem a chancela do conselheiro lá da região 8.

Em segundo lugar, eu vi ali que houve algumas críticas quanto à questão do centro, do 4º Distrito. Eu não vou entrar aqui em pautas ideológicas, extremistas; mas eu que não tenho memória curta, lembro de alguns extremistas na cidade, até pouco tempo, Ver. Márcio Bins Ely, eram contra a revitalização da orla, e hoje são dos maiores entusiastas que estão lá celebrando a orla, como todos os porto-alegrenses e todos os gaúchos. Então nós não vamos entrar aqui em pautas extremistas. Nós somos a favor de mudanças que sejam importantes e que melhorem a vida das pessoas no geral. Então eu queria só fazer esses dois registros: teve todo o processo legal na questão da reforma urbanística da

Fazenda do Arado, e nós somos a favor do desenvolvimento sustentável da cidade. Obrigado e bom dia a todos.

SRA. MICHELE RIHAN RODRIGUES: Vereador Pablo, eu gostaria – se o senhor puder, que o senhor me fornecesse esses estudos, eu agradeceria, porque a informação que eu tenho é que o estudo de impacto ambiental apresentado para a Fazenda do Arado foi investigado pela Polícia Civil, após denúncias da sociedade civil. Foi constatado que o estudo era falso, omissivo, incompleto, inclusive com repercussão criminal, e a Prefeitura de Porto Alegre apenas disponibilizou um documento com a proposta de alteração do regime urbanístico, que eu chuto que tivesse aí por volta de 20 páginas – não tinha nenhum estudo técnico embasando o projeto. Então não foi apresentado para a sociedade nenhum estudo de impacto ambiental válido, pelo contrário, um estudo de impacto ambiental falso investigado pela Polícia Civil; não existia EVU, porque a informação que nós tivemos é que o EVU é feito somente após alteração do regime urbanístico. E, como lhe falei, uma mera apresentação, como um trabalho colegial foi apresentado na época da realização das audiências públicas e para votação aqui na Câmara.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Perfeito, colocarei essas informações no grupo da CUTHAB, Presidente, até para disponibilizar a todos esses estudos que o governo alega que aconteceram, e a própria Câmara de Vereadores não iria aprovar se eles não existissem, mas, enfim, colocarei à disposição de todos.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Quero agradecer as intervenções. Alguns encaminhamentos relacionados ao debate desta manhã, quem quiser trazer sugestões me manda aqui para a mesa, de preferência por escrito, que no final encaminhamos.

O Sr. Luiz está com a palavra.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): É só uma informação, que talvez que tu possas contemplar, ao mesmo em parte, sobre

uma questão que foi levantada por várias pessoas, quanto à dificuldade que as pessoas têm de se deslocar até determinados pontos. O regimento prevê, especificamente, que a comissão poderá realizar reuniões fora da sede da Câmara. Em outra oportunidade, foram feitas reuniões em forma de audiência pública, foram realizadas várias, e é uma questão de mapear isso, no âmbito da comissão, e os vereadores poderão encaminhar a realização dessas reuniões fora da Casa, porque eu acho que isso, pelo menos em parte, contempla essa dificuldade. Era isso.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Muito obrigada, Luiz. Alguns encaminhamentos, vereadores da comissão, caso tenham acordo, eu acho que a gente encaminha enquanto comissão. Suspensão dos trabalhos, Ver.^a Barth, para que os vereadores minimamente consigam participar do seminário, acho que é contraproducente, acho que seria bem importante...

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Eu sugeriria que a comissão formalizasse, junto à presidência da Casa.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Perfeito. Vamos formalizar, então, Ver. Jessé? A suspensão dos trabalhos da Câmara para que os vereadores possam participar do seminário de balanço do Plano Diretor. (Pausa.) Perfeito, então, vamos formalizar.

Eleição do conselho do Plano Diretor. Isso, para mim, foi uma novidade, Luiz. Esse conselho trabalha junto com a comissão?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O conselho é um órgão do Executivo, que avalia projetos, questões que dizem respeito à aplicação das normas do Plano Diretor, mas é um órgão do Executivo e ele não se envolve com a Câmara.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Se reúne toda terça-feira, então? E está sem eleição das suas representações há...

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Não sei dizer, mas o presidente do conselho é o secretário do Plano Diretor.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Secretário do Plano Diretor. Acho que a gente pode também fazer esse pedido...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Desculpe eu dar a minha opinião aqui, vereadora, mas eu acho que essa etapa do Executivo, ao final, obrigatoriamente, vai ter que passar pelo conselho do Plano Diretor para vir para a Câmara. Essa etapa é do Executivo, depois, aqui, nós vamos fazer a nossa contribuição. É nesse sentido. Eu não sei se a suspensão agora dos trabalhos da Câmara... No momento oportuno nós vamos ter o debate da Câmara; agora, a contribuição são as impressões do Executivo. É só para contribuir.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: É só no dia 07, 08, 09 agora.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu entendi. Mas nós vamos fazer as nossas também aqui.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Isso, faremos as nossas. A indicação é justamente para que haja eleição desse conselho, que, pelo que tu colocaste, está sem esse processo.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Isso. *A priori*, foi suspenso pela pandemia, então seria bem importante retomar, até para oxigenar, para a gente conseguir fazer essa discussão do Plano Diretor, entendendo que o conselho está pautado no seu regimento interno e foram pessoas eleitas. Então,

encaminhado, eu faço essa indicação para que haja convocação. Assim como outros conselhos também.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): São as oito regiões do planejamento, do OP, as entidades, a UFRGS participa também, a Metroplan representa o governo do Estado – ainda deve ser assim, e vai continuar, provavelmente, mas eu acho que é muito oportuno e importante.

PRESIDENTE KAREN SANTOS (PSOL): Isso, tem que ter eleição.

Quanto ao seminário, recebi aqui uma questão de que o seminário vai acontecer da forma como a gente já vem criticando, de uma forma centralizada, não tão divulgada. Eu recebi informação também de que em alguns grupos de trabalhos as inscrições já estão encerradas. Então, é para ser amplo, é para ser democrático, Ver. Pablo, mas mesmo assim já estão limitadas as inscrições. Então eu acho que também tem que considerar isso dentro desse processo de avaliação, que já estamos identificando alguns problemas para participação popular, e que no processo da constituição das comissões a gente consiga considerar tudo isso que está sendo levantado.

Os encaminhamentos da conversa que a gente teve agora de manhã são esses. Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 11h45min.)